

Ano 5, vol VIII, 2012-1, jan-jun, Pág. 105-120.

VIOLÊNCIA NO CASAL: AS RAÍZES DO DEBATE VIOLENCE IN COUPLES: THE ROOTS OF THE DEBATE

Suellen Andrade Barroso¹

Resumo:

Este texto pretende historicizar as contribuições do Movimento feminista no tocante à emergência do debate em torno da temática da violência estabelecida entre casais, no Brasil. Com esse intuito, apresenta um sobrevoo pela história do feminismo brasileiro, em suas várias tendências, incluindo o feminismo acadêmico, cujos fundamentos deram origem aos primeiros estudos a respeito do tema no país.

Palavras-Chave: violência no casal, história, feminismo.

Abstract:

This paper seeks to historicize the contributions of the feminist movement regarding the emergence of the debate around the theme of violence established between couples in Brazil. To that end, it presents a flyover by the history of Brazilian feminism, in its various tendencies, including academic feminism, whose foundation gave rise to the first studies on the subject in the country.

Keywords: violence in the couple, history, feminism.

Introdução

A questão da violência praticada no interior da relação estabelecida entre casais constitui-se, atualmente, em uma temática de amplo destaque. Nos jornais, televisionados e escritos, na internet, nas revistas, nos bares, há sempre uma história de violência a ser contada e expectadores ávidos por ouvi-las, quase sempre com indignação. No entanto, nem sempre foi assim. Houve um tempo, um longo tempo, em que a questão da violência praticada no seio da relação do casal era considerada como restrita ao mundo privado, um assunto reiteradamente silenciado. Para sermos mais específicos, apenas recentemente, em fins do século XX, a violência no casal passou a

¹ Mestre em História Social – Universidade Federal do Amazonas/UFAM. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Política, Instituições e Práticas Sociais – POLIS/UFAM.

ser colocada como um problema social, a partir do momento em que os movimentos de mulheres e, posteriormente, os feminismos, começam a liderar as discussões que questionam o direito do homem sobre o corpo feminino². O debate sobre essa questão, por tanto tempo relegado às sombras, está associado aos desdobramentos do movimento feminista, particularmente ancorado nas reivindicações surgidas no início dos anos de 1960, convencionalmente chamado de feminismo de “segunda onda”.

Com efeito, a década de 1960 foi o prelúdio daquilo que viria a se constituir em mudanças significativas na condição feminina, advindas das tímidas discussões entre mulheres, surgidas nos grandes centros urbanos, acerca de valores, tradições e costumes então norteadores das relações familiares na sociedade ocidental. A eclosão do feminismo, iniciada, na década seguinte, nos Estados Unidos e na Europa, emerge de uma ebulição política e cultural vivenciada à época, criadora de um terreno propício para o aparecimento de movimentos sociais. Ora, as Guerras da Coreia e do Vietnã puseram em xeque o *american way of life*, expondo fragilidades do mito de uma sociedade americana apresentada ao mundo como o paraíso da felicidade. Mas, o outro pólo da Guerra Fria também sofria seus abalos. Na Europa, a propalação dos crimes de Stalin e a invasão da Hungria, em 1956, e, mais tarde, da Tchecoslováquia, em 1968, vinham minando as crenças no socialismo e os esforços por sua difusão. O surgimento de movimentos como o *beatnik* e o *hippie* está ligado àqueles acontecimentos, repudiando tanto a defesa do capitalismo norte-americano quanto o sonho socialista europeu. E não foram apenas as instâncias políticas as esferas atacadas. Ao desafiar as relações de poder e as hierarquias no âmbito público e privado, esses movimentos se transformaram em revolucionários. Este é o momento em que os livreiros recomeçam a vender muitos exemplares das obras de Simone de Beauvoir, principalmente *O Segundo Sexo*, publicado pela primeira vez dez anos antes (PINTO 2003). É também o momento em que mulheres americanas tiram o sutiã em praça pública, chocando a sociedade de então. É, finalmente, o momento em que nasce um novo tipo de feminismo no mundo ocidental.

² Embora com a expressão “violência no casal” não estejamos nos referindo especificamente à violência desferida pelo homem sobre a mulher, a discussão que se inicia a partir da chamada “segunda onda” do feminismo toma como referência aquela violência. A expressão violência no casal envolve um processo que pode acontecer antes, durante ou depois da estipulação de uma relação formal entre duas pessoas e, em termos teóricos difere da violência doméstica ou conjugal.

Enquanto isso, no Brasil, o Golpe Militar instalava no país um regime cujos contornos foram marcados pela censura, cassação de direitos políticos, prisões arbitrárias, tortura, desaparecimentos e exílio. Esse quadro de tensão atingiu seu apogeu com a promulgação do Ato Institucional nº 5, que previa a repressão de qualquer atuação política no país considerada nociva ao regime. Não demorou muito para que a censura extrapolasse os limites da questão explicitamente política e se estendesse aos temas da moral e dos costumes³. É, portanto, em meio a esse contexto, e condicionado às suas especificidades, que surgiu e se desenvolveu o movimento feminista brasileiro, fundamentalmente a partir da década de 1970⁴, conjuntamente ao movimento internacional e em meio ao período mais radical da Ditadura Militar, em pleno governo Médici (1969-1974), razão pela qual a ação feminista foi promovida, ao mesmo tempo, dentro e fora do país, pela ação de mulheres brasileiras exiladas.

Que o feminismo surgiu no Brasil profundamente marcado pelo político, notadamente alinhado à luta contra a Ditadura, é irrefragável (COSTA 1980; GOLDBERG 1987; COSTA e SADENBERG 1994; PINTO 2003; COSTA 2005, 2009). No entanto, também não se pode negar o aspecto paradoxal que perpassou o movimento, nesse momento de gestação, no que concerne à sua identidade. Se, por um lado, em razão da conjuntura vivida pelo país, o feminismo, a exemplo de outros movimentos sociais surgidos no bojo do autoritarismo, não podia se omitir ao prélio contra os militares, necessariamente de caráter político e inserido em uma problemática geral, por outro, não podia desprender-se do aspecto primordial de seu combate, a saber, a transfiguração das relações estabelecidas entre os sexos, luta essa de feição específica e autônoma. Isto porque, segundo a perspectiva autonomista, o feminismo institucionalizado conduziria as mulheres ao espaço político propriamente dito, lugar

³ Principalmente durante o Governo Médici (1969-1974), escolas e universidades foram obrigadas a inserir em seus currículos disciplinas voltadas para a educação moral e cívica, pautadas na política do governo (GERMANO 2000).

⁴ Vale ressaltar a presença, no Brasil, dos chamados movimentos de mulheres mesmo antes da década de 1970, período em que se pode falar de feminismo propriamente dito. Esses movimentos, todavia, não podem ser identificados como feministas, haja vista sua formação e seus objetivos não focalizarem a mudança dos papéis atribuídos à mulher pela sociedade, e sim apenas sua inserção no mundo público, a partir dos papéis que ocupavam (mãe, esposa, dona-de-casa). São exemplos desse tipo de organização os clubes de mães e o movimento contra a carestia. Ao longo do desenvolvimento do feminismo, os movimentos de mulheres continuaram a atuar paralelamente, tendendo a aproximar suas ações às discussões propostas pelo feminismo (PINTO 2003).

onde elas inexistiam enquanto sujeitos de direitos próprios, persistindo o exercício pleno da dominação masculina (GROSSI 1997; PINTO 2003; COSTA 2009).

É precisamente em razão do aspecto específico sobressalente ao movimento feminista que as mulheres, na maioria das vezes, não encontravam apoio nos segmentos de extrema esquerda⁵ prevaletentes no país, que consideravam a questão específica da desigualdade dos sexos, assim como qualquer outra luta específica, apenas uma parte da problemática maior da desigualdade social⁶.

Em 1972, em meio a esse paradoxo, surgiram os primeiros grupos de reflexão, representantes do chamado feminismo “moderno”, originário do Hemisfério Norte. Eram reuniões informais, realizadas em casas particulares, contando, no máximo, com vinte pessoas, que ingressavam nos grupos exclusivamente por convite. Mais uma vez, o contexto histórico vivenciado pelo país ajuda a explicar a feição desses grupos. Reuniões maiores, realizadas publicamente, chamariam a atenção dos militares e poderiam ser violentamente reprimidas, ainda mais em se tratando de mulheres que questionavam os valores tradicionais da sociedade brasileira. Em razão da dispersão do movimento feminista e da ausência de bibliografias dedicadas a essa recuperação em outras regiões do país, que não o eixo Rio - São Paulo, saber quantos grupos de reflexão existiram no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 torna-se uma tarefa impossível. O certo é que foram muitos⁷, todos preocupados em debater a condição feminina no país. Falando a respeito dos temas discutidos nesses encontros, Albertina Costa explica:

Seguindo os mais estritos cânones do modelo de grupo de reflexão, não havia nenhuma formalização de organização interna, as reuniões centravam-se em temas pré-escolhidos, mas não havia pauta, nem exposição preparada, nem lição de casa, discutia-se tudo [...] embora tenham demorado um pouco para falar sobre sexualidade (COSTA 1988:65).

⁵ À época, no Brasil, a oposição era caracterizada por uma esquerda do tipo tradicional, isto é, pautada pelas palavras de ordem do internacionalismo proletário, que aceitava quase como naturais as posições de poder masculino (GOLDBERG 1987).

⁶ De fato, a esquerda marxista e masculina considerava o movimento feminista como ameaçador tanto da luta unitária do proletariado contra o capitalismo, quanto do poder masculino dentro das organizações do tipo libertárias e no seio da vida privada. A Frente de Brasileiros no Exílio, uma organização de esquerda que dava apoio financeiro às famílias de brasileiros exilados chegou, por exemplo, a ameaçar retirar essa ajuda de um grupo de brasileiras exiladas que frequentavam reuniões feministas organizadas pelo grupo fundado por Danda Prado, em 1972, em Paris, o Grupo Latino Americano de Mulheres (SHUMAHAR e BRAZIL 2000).

⁷ Em sua pesquisa sobre a história do feminismo no Brasil, Céli Regina Jardim Pinto menciona a existência de “dezenas, certamente, talvez centenas” desses grupos de reflexão (PINTO 2003: 49).

Em que pese a ausência de projeção desses grupos para além do âmbito privado, o que foi visto por muitos como protelação de enfrentamento, não se pode negar que tais grupos foram os responsáveis pela introdução de discussões fundamentais ao problema da questão da mulher, até então completamente ignoradas no Brasil (GROSSI 1997). Outrossim, a despeito da existência transitória da maioria dos grupos, um número nada desprezível de mulheres que deles participaram se tornaram feministas de destaque na cena política ou acadêmica, no plano nacional e internacional. No Rio de Janeiro, por exemplo, existiram pelo menos dois dos mais importantes grupos de reflexão, um liderado por Branca Moreira Alves, que subsequentemente se transformou no Grupo CERES⁸, e outro, composto por estudantes de graduação e pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica. Em São Paulo, existiu um outro grupo de igual importância, formado pela crítica literária Walnice Nogueira Galvão, pela historiadora Maria Odila Silva Dias, pela antropóloga Betty Mindlin e pela socióloga Célia Sampaio (COSTA 2009). A relevância, principalmente do grupo de São Paulo, está relacionada ao surgimento do feminismo acadêmico brasileiro.

Outro aspecto de grande relevância para a compreensão da dualidade que perpassa a história do movimento feminista no Brasil é aquele que demonstra o caráter conflituoso desse processo no interior do movimento. Já afirmamos que o feminismo moderno se desenvolveu no Brasil dentro e fora do país. Essencialmente a partir do AI-5, ocorreu o recrudescimento da repressão, o que levou a que um número significativo de brasileiros, homens e mulheres, deixassem o Brasil, quer obrigados, quer voluntariamente, indo, principalmente, para México, Chile, Cuba e França. No exílio, essas pessoas entraram em contato com movimentos questionadores da moral e da ordem estabelecidas. As mulheres – que não eram apenas militantes de esquerda e, portanto, exiladas políticas, algumas eram estudantes – foram seduzidas pela efervescência das modernas discussões acerca da condição da mulher que então eram travadas, sendo cooptadas para a causa feminista. Dos grupos de reflexão compostos por brasileiras, formados no exterior a partir desses contatos, estão o outrora citado Grupo Latino Americano de Mulheres, liderado por Danda Prado, e o Comitê da Mulher Brasileira, criado por Zuleika D'Alambert, ambos em 1972 (PINTO 2003).

⁸ O grupo Ceres, formado por Leila Linhares Barsted, Sandra Azeredo, Mariska Ribeiro, Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy, assumiu essa denominação a partir da realização de uma pesquisa sobre sexualidade, tema sobre o qual suas componentes refletiam (SOIHET 2009).

Embora esses grupos de reflexão, que funcionavam no exterior, tivessem em sua pauta o maior problema da sociedade brasileira de então, denunciando as atrocidades cometidas pela Ditadura, algo os distinguiu dos grupos que se reuniam no Brasil – a liberdade de ação. Segundo Pinto (2003), enquanto as mulheres no exílio podiam discutir e denunciar sem ter que temer a prisão, a tortura e a morte, as militantes no Brasil precisavam se reunir em pequenos e discretos grupos, sem estardalhaço, disfarçando os encontros como inocentes reuniões de amigas.

É decorrente dessas diferentes possibilidades de ação que a forma como se moviam esses grupos do exílio – que consideravam ser sua função capitanear o movimento feminista no Brasil, alimentando-o de material teórico a ser utilizado na luta prática – não era aceita pacificamente entre os grupos de reflexão aqui reunidos. Ao contrário, existia “uma espécie de sentimento de rechaço às tentativas de ‘ditar regras’ e/ou orientações vindas do exterior” (COSTA 2009:6). O conflito se estabeleceu: de um lado, estavam as brasileiras exiladas que, longe das mãos de ferro dos militares, desenvolviam um feminismo teórico atuante, de cunho libertário, criticando a ação dos grupos de reflexão reunidos no Brasil pelo seu caráter privado, considerado apolítico e pouco eficaz; de outro, estavam as feministas militantes no país, que acusavam as exiladas de não possuírem “condições de pensar em termos de cidadania” (COSTA 1988:76), principalmente no que se referia à especificidade da cidadania feminina, porque distantes do contexto de repressão e controle político que então se experimentava no Brasil.

A despeito de todas essas questões, as ações do feminismo ganhavam visibilidade no Brasil, em muito, devido à distensão política “lenta e gradual” empreendida pelo governo Geisel. Ademais, o fato de a Organização das Nações Unidas (ONU) ter instituído 1975 como o Ano Internacional da Mulher e o Primeiro Ano da Década da Mulher, também veio a contribuir decisivamente para a intensificação da organização de mulheres em todo território brasileiro (COSTA e SADENBERG 1994). Apesar da existência de uma significativa mobilização feminina anterior àquela data, os importantes acontecimentos decorrentes da combinação dessa dupla ocorrência transformou aquele ano no marco inaugural do feminismo brasileiro (COSTA e SADENBERG 1994; PINTO 2003; COSTA 2005, 2009).

O primeiro deles está relacionado ao caráter isolado das discussões. As pequenas reuniões, das quais participavam apenas um grupo fechado e intelectualizado, confinado à esfera privada, evoluíram para diversificados eventos de abrangência diferenciada, introduzindo a mulher definitivamente nas questões pertencentes à esfera pública. Um desses eventos, intitulado “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, foi realizado no Rio de Janeiro, sob o patrocínio da ONU, a propósito das comemorações do Ano Internacional da Mulher. Sua importância pode ser entendida se lembrarmos que dele resultou a criação do famigerado Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, que sinalizava uma guinada na trajetória do movimento feminista: a institucionalização (GOLDBERG 1987). Durante seus cinco anos de existência, o centro foi liderado por mulheres que professavam as mais diferentes tendências do feminismo: a marxista (de natureza política, reduzindo a luta das mulheres à luta de classes); a liberal (também de natureza política, enfatizando a luta por direitos individuais); e a radical (que colocava como questão central a própria condição de mulher, discutindo temas relacionados a sexualidade, aborto e contracepção, sem apresentar uma plataforma coletiva de militância, praticando, portanto, um feminismo autônomo). De todas as tendências, aquela que teve maior dificuldade de aceitação foi a radical, justamente porque, naquele contexto de Ditadura, a única luta aceita era a que visasse a um alargamento do campo político (PINTO 2003).

A segunda circunstância que torna o ano de 1975 emblemático concerne ao surgimento daquilo que podemos chamar de feminismo acadêmico. Principalmente o grupo de reflexão de São Paulo, composto por intelectuais de meia idade, inseriu-se no espaço público participando das reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A presença de mulheres nesse evento, de 1975 a 1985, encetou uma nova forma de atuação feminista, cujos esforços alicerçaram a pesquisa científica a respeito da condição feminina no Brasil (PINTO 2003).

Foi ainda no ano de 1975 que se organizou o Movimento Feminino pela Anistia (SHUMAHAR e BRAZIL 2000), fundado por Terezinha Zerbini, esposa de um general que sofreu repressão e foi exilado com o Golpe Militar de 1964. Inegavelmente, esse movimento desempenhou um papel de destaque nesse sentido, sendo um dos responsáveis pela concessão da anistia, em 1979, aos presos políticos exilados. A

Anistia marcou o início de um período de maior liberdade de manifestação, apesar da permanência dos militares no poder. No mesmo ano, o bipartidarismo, em vigor desde 1965, foi extinto pela reforma partidária, engendrada pelo governo Figueiredo, que objetivava a quebra da unidade político-ideológica das oposições, então reunidas no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o que de fato veio a acontecer. No interior do feminismo, as militantes que, como os outros movimentos contrários ao regime, identificavam-se com o MDB, dividiram-se entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT), o que resultou, mais uma vez, em um embate de perspectivas entre as feministas. Enquanto umas buscavam a institucionalização do movimento, outras persistiam lutando pela manutenção da autonomia, considerado o meio possível para a transformação das relações de poder (COSTA 2005).

Nesse embate, venceu a institucionalização. Principalmente por ocasião das eleições de 1982, as feministas passaram a ocupar cargos estaduais, graças à vitória eleitoral de governadores do PMDB, sobretudo em São Paulo. Três anos depois, a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher abriu as portas do Congresso às Mulheres, possibilitando a conquista de importantes direitos previstos na Constituição de 1988⁹.

Em que pese os direitos conquistados pelo feminismo atrelado aos partidos, tais ações não representam de modo algum a totalidade das atividades nesse período, pois, atuando paralelamente, os grupos autônomos organizaram-se em torno de temáticas específicas, a saber, a questão da saúde e aquela que aqui mais interessa: o problema da violência, particularmente a praticada entre casais, então entendida como sinônimo de violência contra a mulher.

Conforme já enfatizamos, tradicionalmente, como acontecia em outros lugares, a temática desse tipo violência foi considerada no Brasil como restrita à esfera privada, devendo ser resolvida pelo poder de mando do homem, legitimado pela moral católica e

⁹ Dentre os muitos direitos femininos consagrados pela Constituição de 1988 estão: a igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações (Art. 5º, I); a licença à gestante, sem prejuízo do salário ou do emprego por cento e vinte dias (Art. 7º, XVIII); “a proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil” (Idem, XXX); os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal passaram a ser exercidos também pela mulher (Art. 226, Parágrafo 5º).

sexista e pela legislação vigente no país. As mudanças históricas que deslocaram a mulher do mundo privado para o público, principalmente a partir da segunda metade do século XX, não transformaram essa realidade, isto é, o homem continuou a possuir o direito de decidir a sorte da mulher e dos filhos, podendo castigá-los conforme achasse justo. Matar “em defesa da honra” era, então, uma prática comum, amplamente aceita pela maior parte sociedade.

Em 1976, um crime ganhou ampla repercussão na sociedade brasileira. Raul Fernando do Amaral Street, o Doca Street, matou a tiros sua amante, Ângela Maria Fernandes Diniz. Doca Street foi julgado duas vezes. No primeiro julgamento, em 1979, depois de ter entrado no tribunal aplaudido pela multidão (*JORNAL DO BRASIL* 1979), o que já equivalia a uma demonstração de como a sociedade brasileira resolvia as relações de poder entre os sexos, Doca recebeu sentença condenatória de dois anos de reclusão, com direito a *sursis*, isto é, podendo ser dispensado do cumprimento da pena. O advogado de acusação recorreu, sendo marcado novo julgamento. Durante todo o procedimento do segundo julgamento, em 1981, o movimento feminista, liderado pela *Comissão de violência contra a mulher*, criada em 1979, no Rio de Janeiro, durante o Encontro Nacional de Mulheres, realizou manifestações na porta do Fórum¹⁰, promovendo uma verdadeira pressão social, o que foi apontado como um fator que influenciou no resultado do julgamento: Doca foi condenado a 15 anos de prisão (*JORNAL DO BRASIL* 1979).

Além da *Comissão de violência contra a mulher*, outras organizações foram criadas, em fins da década de 1970 e início dos anos 1980, visando a amparar a mulher, considerada vítima por excelência da violência. Em 1980, foi criado, em São Paulo, um tipo de organização que apareceria em todo o país, o SOS Mulher, com o objetivo de oferecer às mulheres vítimas de violência um espaço onde pudessem refletir sobre sua condição e buscar meios de transformá-la (GREGORI 1988). Nascia um feminismo de “prestação de serviço” que, mais tarde, a partir dos anos 1990, transformar-se-ia no feminismo profissionalizado das organizações não-governamentais, as ONGs. Foi ainda nos anos oitenta (1985) que nasceram as delegacias especializadas em crimes contra a

¹⁰ Outras manifestações aconteceram nas ruas. Em uma delas, a escritora Rose Marie Muraro, junto com mais 500 pessoas, exigiu a condenação de Doca Street, afirmando: “O que nós queremos é que caia a legítima defesa da honra” (*JORNAL DO BRASIL* 1981). Outras dessas manifestações foram lideradas pelo Núcleo de Mobilização Ângela Diniz, formado por 19 entidades feministas (SOIHET 2009).

mulher, cujo objetivo era criar um ambiente policial menos hostil nos tratos com a mulher violentada. À época, não raro, as mulheres que compareciam às delegacias para prestar queixas contra seus companheiros acabavam por sofrer maus-tratos por parte também das autoridades policiais, que viam o problema da agressão como de somenos importância, que poderia ser resolvido no âmbito privado. Ao voltar para casa, o problema se agravava, pois o homem, ainda mais irritado, voltava a cometer agressão, confiante na impunidade. Além de buscar atender às reivindicações das feministas, que clamavam pela criação de um tal espaço, o surgimento das delegacias especializadas dava conta de resolver um outro “problema” que se impunha à esfera policial: alocar mulheres delegadas, deslocando-as para trabalhar com problemas “femininos”. Algumas dessas mulheres, não envolvidas com a causa feminista, ficavam insatisfeitas com essas designações, outras se dedicaram com afinco ao trabalho que lhes fora confiado.

Em decorrência dessas questões, postas inicialmente pelos movimentos feministas que militavam na cena política propriamente dita, os estudos acadêmicos começaram a se voltar para a problemática da violência contra a mulher, ocupando lugar de destaque a violência entre casais, chamada de maneira genérica de violência doméstica ou conjugal, graças à frequência dos chamados “crimes passionais” no período, cujos elementos forneceram a matéria-prima para a elaboração de um número nada desprezível de análises antropológicas, sociológicas, principalmente, e, secundariamente, históricas.

Para tanto, contribuíram as discussões a respeito do conceito de gênero, cujos contornos específicos para a nossa realidade então começavam a ser delineados no Brasil. O conceito de gênero reivindica a adução de argumentos históricos, culturais e sociais que demonstrem que as noções de diferença entre mulheres e homens, que geram uma hierarquia sexual, estão pautadas numa construção social, não sendo, portanto, naturais. A ênfase sobre o gênero permitiu a ampliação e a diversificação de temáticas, impulsionadas pela desnaturalização das identidades sexuais, que pretendiam abandonar conceitos considerados totalizantes. Tratou-se de uma tentativa de reformatação da face dos agentes, por um viés diferente da visão de classe social, conferindo-lhes visibilidade por intermédio da análise dos vários intercruzamentos presentes na construção do sujeito social (FONSECA 1999).

O primeiro trabalho surgido no bojo dos questionamentos respeitantes à violência incidida contra a mulher foi a dissertação de mestrado de Mariza Corrêa, “Os Atos e os Autos: Representações Jurídicas de Papéis Sexuais” (1983). Nele, Corrêa analisou a visão jurídica sobre os casos de homicídios e tentativas de homicídios em Campinas-SP, do período que vai de 1952 a 1972, atendo-se aos chamados “crimes passionais” julgados pelo Tribunal do Júri. Para tanto, articulou relações de sexo e de classe, explicitando a existência de atributos sociais aceitos para homens e para mulheres, atributos estes cuja adequação ou sua não observância tinham implicações sobre a forma com que o Poder Judiciário encarava um conflito. Ao discutir as relações de poder na instância judiciária, Corrêa punha a nu os rituais normativos dos processos, observando que o resultado estava potencialmente à mercê das interpretações e manipulações que os atores jurídicos (juízes, promotores e advogados) faziam do crime e que refletiam, por seu turno, os valores dominantes. É por isso que a autora afirmou que o que assumia real importância eram os “autos” e não os “atos”. Desse modo, o que estava em questão nos julgamentos era a manutenção desses valores que, entre outras coisas, perpetuavam as desigualdades entre homens e mulheres, privilegiando aqueles em detrimento destas. Este trabalho pioneiro influenciou e continua a influenciar muitas pesquisas voltadas para a temática da violência no casal, sobretudo aquelas inscritas (ou com a pretensão de se inscrever) no registro do gênero.

Não obstante à emergência da categoria gênero e à reivindicação de muitas pesquisas para serem identificadas como estudos de gênero, não raro, o que persistiu foram análises de cunho feminista. Ora, o feminismo costuma considerar que a violência perpetrada pelo homem contra a mulher no interior da relação conjugal é a expressão máxima da hierarquização dos sexos na esfera familiar. O homem é transformado em algoz e a mulher vitimizada, resultando em análises parciais que funcionam mais como um “clamor” pela punição dos “homens perversos”. Disso inferimos que um tal avanço teórico, supostamente possibilitado pela emergência da categoria gênero, foi assimilado de forma heterogênea pelos estudiosos. Muitas pesquisas preteriram o aspecto relacional fundamental ao enfoque do gênero, resultando na persistência das perspectivas que apontam a discriminação como a responsável pela criação de “um mundo à parte” para as mulheres (GREGORI 1993).

É o caso de outro trabalho, do rol dos pioneiros, também bastante conhecido: o livro *Mulheres Espancadas – a violência denunciada*, de Maria Amélia de Azevedo (1985). Por meio do estudo de 2.316 boletins de ocorrência de espancamentos de mulheres, provenientes de 50 distritos policiais de São Paulo, do ano de 1981, objetivou entender por que os homens espancam as mulheres, considerando este fenômeno como de “múltiplas determinações”. Suas argumentações caminharam no sentido de tentar demonstrar por que nem todas as mulheres “apanham” dos maridos, principiando pela diferenciação entre dois fatores: os condicionantes (a opressão do sistema capitalista, as instituições discriminatórias, o machismo) e os precipitantes (o álcool, as drogas, o cansaço) que, em conjunto, contribuem para o comportamento violento dos homens com suas parceiras. Apesar de os fatores precipitantes atuarem em conjunto, o álcool, na análise de Azevedo, notadamente desempenha um papel sobressalente, já que aparece mais frequentemente entre os motivos apresentados pelos agressores para justificar a agressão. O álcool é, portanto, apontado como o principal agente desencadeador dos conflitos, constatação a partir da qual a autora elabora três hipóteses, que sinalizam para uma predisposição do homem a espancar sua mulher: o homem bebe porque tem vontade de agredir sua parceira; bebe para justificar a agressão; bebe e, por qualquer pretexto, agride a mulher. Assim, para Azevedo, existe uma intenção, comum aos homens, de espancar as mulheres, produto da ideologia da dominação masculina. A violência, por conseguinte, traduz o conflito de interesse entre homens e mulheres. Trocando em miúdos, a culpa dos conflitos conjugais violentos é dos homens, e só deles, apesar do argumento inicial, sobre ser a violência um fenômeno de “múltiplas determinações”. A análise de Azevedo possui notoriamente uma acepção feminista, em tom de denúncia.

Um terceiro trabalho pioneiro, comumente apontado como divisor de águas na produção dos estudos sobre violência entre casais no Brasil e que se apresenta em oposição à perspectiva feminista, é a pesquisa da antropóloga Maria Filomena Gregori, “Violência Contra a Mulher: a prática do SOS - Mulher (SP), cenas e queixas” (1988). Nele, a autora apresentou suas experiências de trabalho etnográfico, analisando doze entrevistas que realizou com mulheres vítimas de violência, em diferentes fases de suas vidas conjugais, durante sua experiência no SOS - Mulher, de onde foi militante. Apesar de sua inserção no SOS – Mulher, não se nota uma abordagem tendenciosa. Ao

contrário, o que se percebe é um distanciamento do objeto de estudo por parte da pesquisadora, o que conferiu uma singular qualidade ao seu trabalho. Além de pôr em relevo as problemáticas da entidade, ao revelar os descompassos existentes entre as militantes e as mulheres assistidas, provenientes da desorganização e da falta de clareza do que seria um órgão alternativo ao atendimento realizado na Delegacia da Mulher, Gregori criticou os caminhos comumente trilhados pelos estudos de violência contra a mulher. Segundo ela, os estudos marcados pela ideologia feminista¹¹ são problemáticos porque, ao estabelecerem fronteiras muito precisas entre o masculino e o feminino, deixaram de entender que, embora, de um modo geral, existam padrões de comportamentos instituídos para homens e para mulheres, de um modo particular, padrões distintos são incorporados nas relações entre duas pessoas e são, pois, vivências únicas, não passíveis de generalizações. Ao analisar as entrevistas coletadas, desnudou o modo pelo qual as próprias mulheres constroem seu papel de vítima, posição esta que lhes permite o equilíbrio das relações interpessoais. Assim, o estudo inaugura uma nova perspectiva de análise nos estudos sobre violência conjugal, atacando explicitamente a tendência à vitimizar a mulher e demonizar o homem. Outro fator que conferiu notoriedade ao trabalho de Gregori esta relacionado ao surgimento de um novo conceito de violência. Gregori se afasta das perspectivas teóricas que concebem a violência entre casais como sinônimo de violência contra a mulher¹², relativizando a fórmula tradicional utilizada para análises desse tipo, a saber, dominação *versus* vitimação. Encara essa violência como um jogo relacional, estabelecido entre homens e mulheres

¹¹ Gregori critica veementemente os trabalhos baseados numa ideologia feminista, considerando-os pouco científicos. O gênero significa uma conquista porque possibilita análises mais neutras, por conseguinte, mais científicas. Embora não apresente em seu trabalho uma definição muito precisa sobre o gênero, seus argumentos aparecem muito coerentes com as premissas desse conceito. Além do mais, devemos lembrar que, à época da realização desse trabalho, a categoria gênero apenas começava a adentrar nas academias brasileiras, inexistindo assim maior clareza teórica a seu respeito.

¹² Esta é a perspectiva inaugurada, no Brasil, por Marilena Chauí, que compreende que a violência entre casais é, fundamentalmente, resultado de uma violência praticada contra a mulher. A autora argumenta que homens e mulheres produzem e reproduzem uma ideologia, ordenada por princípios de dominação masculina. A violência é apresentada como uma ação responsável pela conversão de diferenças em desigualdades, assentadas em proposições hierarquizantes, que objetivam manter e legitimar a dominação, a exploração e a opressão. A violência, portanto, responde pelo estabelecimento de uma relação de subordinação, no sentido dominador > dominado, sendo o primeiro o sujeito e, o segundo, o objeto, como tal, dependente e passivo. A violência, por esse viés explicativo, aparece como a responsável pela perda de autonomia do dominado. Destituído da capacidade de autogovernança, o dominado tem silenciada a sua voz e castrado o exercício de sua liberdade, entendido como a “capacidade de autodeterminação para pensar, querer e agir” (CHAUI 1985:36).

como meio de comunicação, não passível de comparação com outros tipos de relações violentas, dada sua compleição única, moldada na intimidade.

Compreensivelmente, os primeiros trabalhos dedicados à temática da violência estabelecida entre casais apareceram muito marcados pelo momento histórico de sua gestação, em meio aos esboços iniciais, ainda incipientes, da categoria gênero. De lá para cá, os estudos dedicados à questão da violência entre casais sofreram alterações significativas. Das narrativas originais, interpostas pela política feminista, situadas na década de 1960, os estudos sobre violência ampliaram seu campo de questionamentos, sobressalentemente a partir dos anos de 1980, quando a necessidade de se pensar a diferença e como a construção desta definiria as relações entre os indivíduos e os grupos sociais levou os pesquisadores a realizar uma curva, rumo à teorização da questão da diferença sexual. O gênero permitia a abordagem “das diferenças dentro da diferença”, admitindo não haver um “significado unitário da categoria das mulheres” (SCOTT 1992:87). Em outras palavras, a preocupação com o aspecto relacional subjacente ao gênero conferiu às pesquisas maior rigor científico, considerado ausente nas análises feministas. Não obstante a isso, não se pode negar a contribuição histórica decisiva oferecida pelo feminismo, a saber, conferir à violência no casal o status de problema social grave, inaugurando um dos mais importantes debates sociais do século XX.

Referências

- AZEVEDO, Maria Amélia Azevedo. *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez, 1985.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 05 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2000.
- CORRÊA, Mariza. *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- COSTA, Albertina de Oliveira *et al.*. *Memórias das mulheres no exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- _____. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n.66, ago.1988.
- COSTA, Ana Alice. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG*. Niterói: EdUFF, v.5, n.2, p.1-183, 1º semestre 2005.

- _____. O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar. *Labrys*, v. 15/16, 2009. (Edição Française online). Consultado em 15/08/2009. Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys15/ditadura/analice.htm>
- COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília Maria. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Maria Luiza e BINGEMER, Maria Clara (org.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994.
- FONSECA, Tânia Mara. A dominação masculina: formas (in)sustentáveis de ser homem e mulher. *Estudos Feministas*. IFCS/UFRJ e Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, v.7, n.1-2, p 206-213, 1999.
- GERMANO, José Wellington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2000.
- GOLDBERG, A. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação de Mestrado, IFCS/UFRJ, 1987.
- GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.
- _____. *Violência contra a mulher: a prática do SOS - Mulher (SP), queixas e cenas*. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 1988.
- GROSSI, Mirian. Feministas históricas e novas feministas no Brasil. *Sociedade e Estado*. UnB, vol. XII, n.2, jul-dez. 1997.
- JORNAL DO BRASIL. “Doca Street  aplaudido ao chegar no Foro de Cabo Frio”. Rio de Janeiro, 18/10/1979. Citado em: SOIHET, Rachel. Cises, alianas e sucessos dos feminismos no Rio de Janeiro: anos 1970-1980. *Labrys: estudos feministas/tudes fministes*. Brasília, Montréal, n.15-16, janeiro/dezembro 2009; janvier /décembre 2009. Em <http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys15/ditadura/rachel> consultado em 15/09/2010.
- JORNAL DO BRASIL. “Feministas querem ‘fazer as cabeas’”. Rio de Janeiro, 05/11/1981. Citado em: SOIHET, Rachel. Cises, alianas e sucessos dos feminismos no Rio de Janeiro: anos 1970-1980. *Labrys: estudos feministas/tudes fministes*. Brasília, Montréal, n.15-16, janeiro/dezembro 2009; janvier /décembre 2009. Em <http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys15/ditadura/rachel.htm> consultado em 15/09/2010.
- PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- SHUMAHAR, Shuma e BRAZIL, Erico (orgs.). *Dicionário mulheres do Brasil, de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- SOIHET, Rachel. Cises, alianas e sucessos dos feminismos no Rio de Janeiro: anos 1970-1980. *Labrys: estudos feministas/tudes fministes*. Brasília, Montréal, n.15-16, janeiro/dezembro 2009; janvier/décembre 2009. Site visitado em 15/09/2010: <http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys15/ditadura/rachel.htm>.

